

UMA CAMPANHA DE LEVANTAMENTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS

Realizou-se no dia 5 de junho último, uma reunião especial do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, destinada a solenizar a aula inaugural do Curso de especialização de engenheiros no levantamento de coordenadas geográficas, organizado pelo Conselho para o preparo dos operadores com que empreenderá a campanha de coordenadas destinadas ao enriquecimento da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, que o mesmo Conselho está elaborando.

Abriendo a sessão o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, convidou a fazerem parte da mesa o General Cândido Mariano Rondon, consultor técnico do Conselho, General José Maria Moreira Guimarães, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dr. José Carneiro Felipe, presidente da Comissão Censitária Nacional, dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, prof. Alirio Huguenei de Matos, catedrático de Geodésia e Astronomia de Campo da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, eng. Moacir Silva, consultor técnico do Ministério da Viação, prof. Silvío Fróis Abreu, consultor técnico do Conselho, eng. Virgílio Correia Filho, comte. Antônio Alves Câmara Junior, da Diretoria de Navegação, Capitão Cristóvão Falcão Castelo Branco, do Instituto Geográfico Militar, eng. Euzébio Paulo de Oliveira, diretor da Divisão de Geografia e Mineralogia, dr. Alberto de Cerqueira Lima, diretor do Serviço de Estatística da Produção, dr. Heitor Bracet, diretor de estatística no Ministério da Justiça.

Iniciando os trabalhos, o presidente disse da importância do acontecimento que reunia personalidades tão eminentes, salientando os méritos de muitos dos presentes, declarou que a Presidência do Instituto tinha a maior alegria em iniciar o curso de tão alta especialização, indiscutivelmente o cometimento de técnica mais apurada que o Instituto tem realizado; destacou o valor profissional e científico do prof. Alirio de Matos a quem fôra entregue a direção do Curso, com autorização do Presidente da República, e saudou os engenheiros inscritos no Curso, de cuja dedicação e patriotismo muito se esperava.

A seguir, o presidente deu a palavra ao secretário do Conselho Nacional de Geografia, eng. Cristóvão Leite de Castro, para expor sumariamente os objetivos do Curso em inauguração.

O secretário do Conselho começou comentando a importância da cartografia na pesquisa geográfica e esclareceu que uma das primeiras iniciativas de que cogitou o Conselho Nacional de Geografia foi a elaboração de uma Carta Geográfica do país, atualizada, o que em breve se tornou uma realidade com o advento da lei n.º 237, em que o Governo da União atribuiu ao Conselho aquele encargo, compreendendo-o no plano dos trabalhos do Recenseamento de 1940.

A seguir, o secretário discorreu sobre o decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1939, cognominado a lei geográfica do Estado Novo, e salientou os benefícios que essa lei trazia para o conhecimento geográfico do país, de proveito valioso para a sua carta geográfica: de um lado, a obrigação dos Governos regionais de sistematizar a divisão territorial das respectivas Unidades Federadas acarretava a definição corográfica precisa dos limites inter-municipais e inter-districtais; doutro lado, a obrigação das Prefeituras de, sob pena de perda da

autonomia municipal, apresentar os mapas dos territórios dos respectivos municípios gerava um manancial abundante e rico de contribuições cartográficas.

Declarou a seguir que a Carta Geográfica de um país é documento de alta valia, uma das mais expressivas demonstrações de trabalho e cultura nacionais, e, nessa ordem de conceitos, revelou o grande carinho que o Conselho vem dispensando à atualização da Carta, no sentido de apresentá-la o mais aperfeiçoada possível.

Expôs, então, como a idéia do levantamento de coordenadas surgiu exponetaneamente e desde logo se impôs. Em primeiro lugar, como elemento geográfico de acentuado valor intrínseco, a emprestar à Carta um caráter de precisão, a obtenção de coordenadas exigiu ao Conselho um esforço patriótico no sentido da apresentação de uma rede de pontos de posição exata, astronomicamente determinada, tão quão possível extensa e intensa.

Em segundo lugar, o Conselho defrontou-se com o problema fundamental de aproveitar na carta geral a valiosa contribuição que representam os 1.572 mapas municipais, que as Prefeituras entregarão até 31 de dezembro próximo, para o que havia necessidade de uma referência geográfica exata.

Daí a campanha do levantamento das coordenadas geográficas das sedes municipais brasileiras ter-se tornado indispensável: o Conselho Nacional de Geografia assim compreendeu e melhor agiu.

A efetivação da campanha exigia entretanto medidas importantes sob o ponto de vista administrativo, destacava-se a necessidade da obtenção de recursos financeiros: graças à elevada compreensão existente entre os órgãos dirigentes do Instituto, o Conselho tinha plenamente assegurados os recursos necessários, obtidos por um reajustamento de dotações orçamentárias do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional.

Sob o ponto de vista técnico, destacava-se o problema da mobilização de operadores habilitados e idôneos, que fossem a campo fazer as determinações astronômicas; para resolver essa questão, o Conselho deliberara organizar um curso de especialização para engenheiros, cujo início então se verificava.

O orador esclareceu a seguir que, como um reflexo da sua finalidade de cooperação, o Conselho nas inscrições ao Curso dera preferência aos engenheiros das administrações regionais, que pelos respectivos governos fossem colocados à disposição do Instituto para se empregarem na Campanha de coordenadas, e que, além do que se podia esperar, foram designados numerosos engenheiros, distintos funcionários de diversos Estados, que compõem a valorosa equipe dos alunos do Curso.

O secretário do Conselho Nacional de Geografia terminou essa breve exposição dizendo da transbordante alegria que invadia a alma de quantos labutavam no Conselho, ao testemunharem o início efetivo de uma das suas mais belas e úteis campanhas.

O presidente em seguida anunciou a aula inaugural pelo prof. Alirio de Matos, que, ao levantar-se, foi aclamado por uma prolongada salva de palmas.

O prof. iniciou sua aula, agradecendo ao presidente do Instituto as palavras carinhosas com que a êle se referira e às pessoas presentes a gentileza do honroso comparecimento.

Referiu-se em seguida à situação de inferioridade em que se achava o Brasil, em confronto com outras nações, e lamentou que não se tivesse tratado

de assunto tão importante há mais tempo. Congratulou-se com a deliberação do C. N. G., estabelecendo que cada Município enviase a sua carta, muito embora os levantamentos executados não fossem de alta precisão. Salientou a importância dessa contribuição, mostrando que a procedência desses mapas, organizados no local, com elementos locais, vinha de certo modo contribuir para esclarecer muitas dúvidas e desfazer equívocos.

Fez em seguida algumas considerações sobre o problema da determinação das coordenadas geográficas, mostrando os progressos feitos na técnica em comparação com a época anterior a 1922 e salientando a vantagem que têm hoje os operadores, quer na eficiência, quer na precisão, tendo em vista principalmente o emprêgo intensivo do rádio.

Chamou a atenção do auditório sobre as diferenças que eram de esperar no controle das coordenadas geográficas com os levantamentos geodésicos, obrigando a um estudo posterior do ajustamento do esferoide mais conveniente ao geoide.

Para terminar, apontou alguns outros problemas que se relacionam com a carta do Brasil, mostrando que a carta ao milionésimo, embora segunda aproximação da 1.^a carta feita por ocasião do centenário, não passava de uma 1.^a aproximação de carta do Brasil e fazia votos para que, uma vez terminada essa carta, o C. N. G. estudasse, estudasse com afinco a coordenação dos serviços para que o Brasil viesse a ter dentro de um prazo compatível com as suas possibilidades, uma carta mais completa do seu território.
